

Alerta Legislação nº 19, de 09 a 14 maio 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 727, DE 12 DE MAIO DE 2016**
Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.
 - **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016**
Altera e revoga dispositivos da [Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003](#), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
 - **DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016**
Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.
 - **DECRETO Nº 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016**
Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA**
- **PORTARIA Nº 165, DE 9 DE MAIO DE 2016**
Dispõe sobre publicação de dados referentes à distribuição da renda e da riqueza dos declarantes do Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF e de Relatório sobre a Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira.

Governo do Estado de São Paulo

- **DECRETO Nº 61.962, DE 12 DE MAIO DE 2016**
Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 27 de maio de 2016 e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

- **LEI Nº 16.439, DE 12 DE MAIO DE 2016**
(PROJETO DE LEI Nº 453/15, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)
Dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
13/05/2016	<u>NOMEAÇÕES DE MEMBROS DO PRIMEIRO ESCALÃO DO GOVERNO FEDERAL</u>
12/05/2016 (Ed. Extra)	<u>EXONERAÇÕES DE MEMBROS DO PRIMEIRO ESCALÃO DO GOVERNO FEDERAL</u> <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 727, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e da outras providências. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
12/05/2016	<u>DECRETO Nº 8.777, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. <u>DECRETO Nº 8.776, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Programa Brasil Inteligente. (...) Art. 1º Fica instituído o Programa Brasil Inteligente, com a finalidade de buscar a universalização do acesso à internet no País. (...) <u>DECRETO Nº 8.773, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. <u>DECRETO Nº 8.772, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. <u>DECRETO Nº 8.762, DE 10 DE MAIO DE 2016(*)</u> Dispõe sobre a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - FN-Suasa e dá outras providências. (*) <i>Republicação do Decreto no 8.762, de 10 de maio de 2016, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 11 de maio de 2016, Seção 1.</i>
11/05/2016	<u>LEI Nº 13.286, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. <u>LEI Nº 13.285, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Acrescenta o art. 394-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. <u>LEI Nº 13.284, DE 10 DE MAIO DE 2016</u>

Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil; e altera a [Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009](#), que "institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal", e a [Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013](#), que "dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016".

DECRETO Nº 8.765, DE 10 DE MAIO DE 2016

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

DECRETO Nº 8.764, DE 10 DE MAIO DE 2016

Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 [da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009](#).

DECRETO Nº 8.763, DE 10 DE MAIO DE 2016

Define os requisitos mínimos para seleção de membros para ocupar os cargos previstos no Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

DECRETO Nº 8.762, DE 10 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - FN-Suasa e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.761, DE 10 DE MAIO DE 2016

Define os requisitos mínimos para a seleção de membros para os cargos previstos no estatuto da Companhia Nacional de Abastecimento.

DECRETO Nº 8.760, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera o [Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015](#), para remanejar cargos em comissão e dispor sobre a Assessoria de Assuntos Estratégicos, o [Decreto nº 8.693, de 16 de março de 2016](#), para transferir a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o [Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007](#), que institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.759, DE 10 DE MAIO DE 2016

Regulamenta a [Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016](#), que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

DECRETO Nº 8.758, DE 10 DE MAIO DE 2016

Regulamenta a [Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986](#), que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

DECRETO Nº 8.757, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera o [Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981](#), para dispor sobre a situação jurídica do estrangeiro na República Federativa do Brasil.

	<u>DECRETO Nº 8.756, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a atribuição de infraestrutura aeroportuária à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.755, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens. <u>DECRETO Nº 8.754, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. <u>DECRETO Nº 8.753, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão.
10/05/2016	<u>DECRETO Nº 8.752, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. <u>DECRETO Nº 8.751, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2244 (2015), de 23 de outubro de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende até 15 de novembro de 2016 o regime de sanções aplicável à Somália. <u>DECRETO Nº 8.750, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. <u>DECRETO Nº 8.749, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. RETIFICAÇÃO <i>DECRETO Nº 8.749, DE 9 DE MAIO DE 2016</i> <i>(Publicado no DOU de 10 de maio de 2016 - Seção 1)</i> <i>Nas assinaturas, leia-se: Dilma Rousseff, Kátia Abreu e Valdir Moysés Simão.</i> <u>DECRETO DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação.
09/05/2016	<u>DECRETO Nº 8.748, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Promulga o Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, firmado em São Paulo, em 30 de julho de 2009.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2016</u> Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 98, de 23 de dezembro de 1992, para autorizar a substituição de garantias caucionadas. <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2016</u> Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez.
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 338, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. CASA CIVIL (CCPR) → Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) <u>RESOLUÇÃO Nº4, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o Termo de Classificação de Informações de que trata o art. 31 do <u>Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012</u>. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. <u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a participação de agentes públicos federais em eventos e atividades custeados por terceiros. SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Altera o item 7 do Anexo da Instrução Normativa nº 14, de 5 de dezembro de 2013, que "Aprova o quadro enumerativo dos atos empresariais sujeitos à aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais para registro nas Juntas Comerciais e dá outras providências". SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) <u>PORTARIA Nº 42, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Institui a Política Nacional de Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais do Setor Aéreo Civil. → Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>DECISÃO Nº 47, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 - Tarifas do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2014 - SBGL. (...)

	<u>DECISÃO Nº 46, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 - Tarifas do Contrato de Concessão de Aeroportos - CCA nº 002/ANAC/2014 - SBCF. (...) → Secretaria Executiva <u>PORTARIA Nº 76, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Manual de Procedimentos das Ações de Assessoria em Planejamento Estratégico de Comunicação, no Relacionamento com a Imprensa Internacional e em Relações Públicas no Exterior SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) → Secretaria Executiva <u>PORTARIA Nº 76, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Manual de Procedimentos das Ações de Assessoria em Planejamento Estratégico de Comunicação, no Relacionamento com a Imprensa Internacional e em Relações Públicas no Exterior SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 286, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza a realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento Pres/ 003-98, firmado entre a empresa Adonai Química S/A e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 101, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para o quadriênio 2016-2019, em consonância com os dispositivos do Plano Plurianual e os Eixos de Impacto definidos na Cadeia de Valor do MAPA. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica estabelecido no âmbito das atividades do Sistema de Informação Agrícola que a indicação de cultivares para fins de orientação do Subsistema de Zoneamento Agrícola de Risco Climático - SISZARC será por intermédio da internet, no site deste Ministério www.agricultura.gov.br, obedecido os prazos previstos no Anexo Único desta Instrução Normativa. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para avaliação dos resultados das provas zootécnicas realizadas em outros países relacionados à importação de material genético avícola. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art.1º A Instrução Normativa no 27, de 27 de agosto de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"

Art. 3º A habilitação de estabelecimentos para exportação de produtos de origem animal para os países que não possuam requisitos sanitários específicos estará autorizada mediante o registro do estabelecimento no DIPOA.

(...)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Publicar a relação de modelos de equipamentos agrícolas aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para utilização em aeronaves no território nacional, visando à execução das atividades descritas no artigo 2º do Decreto nº 86.765/81, e em conformidade com o estabelecido por este e pela Instrução Normativa MAPA nº 02, de 3 de janeiro de 2008.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para avaliação dos resultados das provas zootécnicas realizadas em outros países relacionados à importação de material genético suinícola.

(...)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Fica proibida a importação e a entrada de solo de qualquer origem, incluído aquele aderido a material propagativo, importado como mercadoria ou que se apresente como contaminante de envios.

(...)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Fica autorizado o ingresso no território nacional, dos produtos de origem animal destinados ao uso e ao consumo humano ou animal, classificados como não presumíveis veiculadores de doenças contagiosas, elencados a seguir:

(...)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece diretrizes sobre a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como órgão federal registrante, nos processos de registro de alteração de marca comercial de agrotóxicos, seus componentes e afins, a que se refere o § 1º do art. 22 do [Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002](#).

(...)

PORTARIA Nº 94, DE 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Definir os países e blocos econômicos que contarão com adidos agrícolas, de que trata o § 1º, art. 4º do [Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008](#).

(...)

PORTARIA Nº 97, DE 10 DE MAIO DE 2016

	(...) Art. 1º Definir os países e blocos econômicos que contarão com adidos agrícolas, de que trata o § 1º, art. 4º do Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 99, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária, na forma do Anexo à presente Portaria. (...)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 61, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Disciplina a colaboração voluntária com o Plano Nacional de Cultura (PNC). <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Fica instituída Equipe de Direção do Programa de Cultura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, integrada por representantes do Ministério da Cultura, de suas entidades vinculadas e da Autoridade Pública Olímpica. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa nº 002, de 4 de setembro de 2013(*), do Ministério da Cultura. (*) <i>Estabelece normas e procedimentos para a gestão do Vale-Cultura, criado pelo Programa de Cultura do Trabalhador.</i> <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Revoga o § 3º do art. 91 e altera o § 2º do art. 19 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, para dispor sobre limites de valores de projetos culturais relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa nº 002, de 4 de setembro de 2013, do Ministério da Cultura. <u>PORTARIA Nº 58, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, e dispõe sobre o cálculo de débitos a serem ressarcidos ao Ministério da Cultura no âmbito de processos de incentivo fiscal. <u>PORTARIA Nº 37, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural - PRONFAC INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA Nº 166, DE 11 DE MAIO DE 2016(*)</u>

	Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. (...) Art. 1º Estabelecer a complementação e o detalhamento da Portaria Iphan nº 314/1992, que institui definições e critérios para intervenção no Conjunto Urbanístico de Brasília. (...) <u>PORTARIA Nº 160, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN <u>PORTARIA Nº 159, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta os requisitos e procedimentos para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pelo IPHAN. SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA (SEFIC) <u>MOÇÃO Nº 10, DE 28 DE JANEIRO DE 2016</u> Recomenda a inclusão da atividade de elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 270, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para o exercício de 2016 e dá outras providências.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 28, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Designa os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a substituição do Ministro de Estado da Defesa em suas ausências do território nacional, nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, em regime de alternância sucessiva. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 25/MD, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. COMANDO DA MARINHA (CM) → Diretoria-Geral de Navegação (DGN) →→ Diretoria de Portos e Costas (DPC) <u>PORTARIA Nº 135/DPC, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC (1a Revisão).
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 426, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Divulga o Demonstrativo de Ajuste Anual da Distribuição dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb do exercício de 2015.

PORTARIA NORMATIVA Nº 14, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a ampliação do número de vagas anuais autorizadas nos cursos de instituições de educação superior sem prerrogativa de autonomia em razão da oferta de vagas nos processos seletivos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

PORTARIA Nº 15, DE 11 DE MAIO DE 2016

Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - PLAFOR, e outras providências.

PORTARIA Nº 413, DE 11 DE MAIO DE 2016

Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências.

PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 11 DE MAIO DE 2016

Regulamenta a adesão das instituições públicas e gratuitas de educação superior ao processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada para ocupação de vagas remanescentes em cursos de graduação - Sisu VR no segundo semestre de 2016.

PORTARIA Nº 401, DE 10 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a oferta de curso de educação profissional técnica de nível médio por instituições privadas de ensino superior.

PORTARIA Nº 400, DE 10 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

PORTARIA Nº 393, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão

PORTARIA Nº 392, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria MEC no 66, de 16 de fevereiro de 2016, que designa os membros e suplentes para compor a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

PORTARIA Nº 391, DE 10 DE MAIO DE 2016

Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

PORTARIA Nº 387, DE 10 DE MAIO DE 2016

Institui a Rede de Assistência Técnica dos Plano de Carreira e Remuneração.

PORTARIA Nº 386, DE 10 DE MAIO DE 2016

Aprova, em extrato, indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

PORTARIA Nº 246, DE 15 DE ABRIL DE 2016 (*)

Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

() Republicada por ter saído no DOU no- 73, de 18-4-2016, Seção 1, página 37, com incorreção no original*

PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria Normativa MEC no 10, de 6 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos de alteração no número de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos.

PORTARIA Nº 378, DE 9 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

PORTARIA Nº 373, DE 6 DE MAIO DE 2016

Institui o Programa Vozes do Futuro nas Universidades Federais e Institutos Federais.

PORTARIA NORMATIVA Nº 10, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre procedimentos de alteração no número de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 6 DE MAIO DE 2016

Institui o Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito - PAPE.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)

→ Câmara de Educação Básica (CEB)

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE MAIO DE 2016

Define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC)

PORTARIA Nº 17, DE 11 DE MAIO DE 2016

Estabelecer diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)

PORTARIA Nº 560, DE 9 DE MAIO DE 2016

Institui o Emblema, o Logotipo e a Bandeira do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

PORTARIA Nº 558, DE 9 DE MAIO DE 2016

Altera o Anexo da Portaria nº 432, de 1º de abril de 2016, que regulamenta a estrutura regimental do Ministério da Justiça (...)

PORTARIA Nº 136, DE 9 DE MAIO DE 2016

	(...) Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria (...) <u>PORTARIA Nº 134, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. (...) <u>PORTARIA Nº 133, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. (...)
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA 169, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Portaria MF nº 343, de 9 de junho do 2015, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). <u>PORTARIA Nº 165, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre publicação de dados referentes à distribuição da renda e da riqueza dos declarantes do Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF e de Relatório sobre a Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira. <u>PORTARIA Nº- 162, DE 6 DE MAIO DE 2016 (*)</u> Dispõe sobre a elaboração e o encaminhamento de consultas e pedidos de assessoramento jurídico às Unidades Centrais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pelos órgãos do Ministério da Fazenda. <i>(*) Republicada por ter saído no DOU de 9-5-2016, Seção 1, págs. 32 e 33, com incorreção no original.</i> <u>PORTARIA Nº 161, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre publicação anual do Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais e dos Relatórios de Estatísticas Fiscais dos Estados e dos Municípios. <u>PORTARIA Nº 160, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre autorização de afastamento do País de servidores e empregados do Ministério da Fazenda e suas entidades vinculadas. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>CIRCULAR Nº 3.789, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece parâmetros técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos de que trata a Resolução nº 4.474, de 31 de março de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 4.486, DE 6 DE MAIO DE 2016

Define encargos financeiros e limites de crédito dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2016

RETIFICAÇÕES

Na **Resolução nº 4.486, de 6 de maio de 2016**, publicada no DOU de 9/5/2016, Seção 1, pág. 35, leia-se:

Art. 3º As alíneas "e" e "f" do item 1 da Seção 4 (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais - Moderagro) do Capítulo 13 do MCR passam a vigorar com a seguinte redação:

(...)

RESOLUÇÃO Nº 4.485, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera normas para contratação de operações de crédito rural a partir de 1º de julho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 4.484, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera o Regulamento anexo à Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi); e a Resolução nº 3.042, de 28 de novembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras especializadas em seguro saúde, bem como acerca da aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos, na forma da legislação e da regulamentação em vigor.

COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN)

RESOLUÇÃO Nº 127, DE 5 DE MAIO DE 2016

Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

ATO COTEPE/PMPF Nº 9, DE 6 DE MAIO DE 2016

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

– Secretaria Executiva

PROTOCOLO ICMS 29, DE 9 DE MAIO DE 2016

Altera o Protocolo ICMS 28/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.640, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em nome da União, o Distrito Federal e os municípios para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e altera a Instrução Normativa RFB nº 1.562, de 29 de abril de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.639, DE 10 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária de bens ao amparo do Carnê ATA, de que trata a Convenção de Istambul, promulgada pelo [Decreto nº 7.545, de 2 de agosto de 2011](#).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.638, DE 9 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas, disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela [Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014](#), e dá outras providências.

PORTARIA Nº 728, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera os Anexos I e II da Portaria RFB nº 1.006, de 24 de julho de 2013, que disciplina a competência por matéria das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), relaciona as matérias de julgamento por Turma e define atribuição para a identificação dos processos a serem distribuídos às DRJ.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.637, DE 9 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.636, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

PORTARIA CONJUNTA Nº 727, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340, de 23 de setembro de 2015, que regulamenta o parcelamento especial de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para fins de adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.635, DE 6 DE MAIO DE 2016

Altera a Instrução Normativa RFB nº 958, de 15 de julho de 2009, que estabelece procedimentos para revisão das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.634, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)

PORTARIA Nº 267, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a participação de servidor em exercício na Secretaria

	do Tesouro Nacional em conselhos de administração e fiscal, ou órgãos equivalentes. → Subsecretaria da Dívida Pública <u>PORTARIA Nº 247, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Autorizar a emissão de Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor atualizado de R\$ 28.095.014,51 (vinte e oito milhões, noventa e cinco mil, quatorze reais e cinquenta e um centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nos 021/16 a 042/16, com as seguintes características: (...)
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 574, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Revoga a Portaria nº 110, de 1º de fevereiro de 2006, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça - MJ, aprova a Norma de Serviço que estabelece a exigência de "Nada Consta" por ocasião de desligamento ou afastamento de servidores deste órgão e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 572, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos ativos e passivos de Transferência de Pessoas Condenadas, conforme artigo 10, inciso V, do Anexo I, do <u>Decreto nº 8668, de 11 de fevereiro de 2016</u> <u>PORTARIA Nº 569, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Guarani Mbyá a Terra Indígena IRAPUÁ com superfície aproximada de 222 ha (duzentos e vinte e dois hectares) (...) <u>PORTARIA Nº 568, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Munduruku a Terra Indígena MUNDURUKU-TAQUARA com superfície aproximada de 25.323 ha (...) <u>PORTARIA Nº 567, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Munduruku a Terra Indígena BRAGANÇA-MARITUBA com superfície aproximada de 13.515 ha (...) <u>PORTARIA Nº 566, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Avá-Canoeiro do Araguaia a Terra Indígena TAEGO ÁWA com superfície aproximada de 28.510 ha (...) <u>PORTARIA Nº 565, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva. <u>PORTARIA Nº 563, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> (...)

Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Mura a Terra Indígena LAGO DO LIMÃO com superfície aproximada de 8.210 ha (oito mil duzentos e dez hectares) (...)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, bem como regulamenta suas atividades.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor a criação de órgão permanente e de mecanismos de monitoramento relativos à Comissão Nacional da Verdade.

PORTARIA Nº 551, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Piauí, nas ações de Polícia Judiciária e de Perícia Forense.

PORTARIA Nº 549, DE 6 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, na forma do Anexo a esta Portaria.

(...)

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

PORTARIA Nº 275, DE 10 DE MAIO DE 2016

Condiciona os presos condenados ou provisórios que se encontram nos estabelecimentos penais federais do Sistema Penitenciário Federal à disciplina carcerária e dá outras providências.

PORTARIA Nº 273, DE 9 DE MAIO DE 2016

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para o financiamento de projetos de implantação de Centrais Integradas de Alternativas Penais, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2016, e dá outras providências.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

DESPACHO DO PRESIDENTE

(...)

Nº 59 - Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena DOURADOS-AMAMBAIPEGUÁ

I, de ocupação tradicional dos povos indígenas

Guarani e Kaiowá, localizada nos municípios de Amambai,

Caarapó e Laguna Carapã, Estado de Mato Grosso do Sul.

(...)

DESPACHO DO PRESIDENTE EM 10 DE MAIO DE 2016

(...)

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Mato Castelhana - Fág Ty Ka, de ocupação do povo indígena Kaingang, localizada no município de Mato Castelhana, Estado do

Rio Grande do Sul.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP)

	<u>PORTARIA Nº 61, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Institui Comitê Técnico - Guia de Procedimentos para o Enfrentamento a Roubos a Banco.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.033, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Habilita os Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC). <u>PORTARIA Nº 1.017, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Convoca a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. <u>PORTARIA Nº 1.016, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Convoca a 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher. <u>PORTARIA Nº 965, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Habilita Municípios e Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde. <u>PORTARIA Nº 964, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Habilita os Municípios e estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a redação da Instrução Normativa nº 33, de 17 de dezembro de 2014, que regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. <u>PORTARIA Nº 963, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece recurso anual a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio da Nefrologia - Bloco de Atenção da média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. <u>PORTARIA Nº 959, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Define o valor do incentivo de custeio referente ao acréscimo de profissionais na equipe multiprofissional - Saúde da Família. <u>PORTARIA Nº 957, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde

(SUS).

PORTARIA Nº 942, DE 9 DE MAIO DE 2016

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 405, DE 9 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o Programa de Qualificação dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar - QUALISS; revoga a Resolução Normativa - RN nº 267, de 24 de agosto de 2011, com exceção do art.44-B incorporado à RN nº 124, de 30 de março de 2006; e revoga também a RN nº 275, de 1º de novembro de 2011, a RN nº 321, de 21 de março de 2013, a RN nº 350, de 19 de maio de 2014, e a Instrução Normativa - IN nº 52, de 22 de março de 2013 da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, e dá outras providências.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

→ **Diretoria de Autorização e Registro Sanitários**

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.169, DE 5 DE MAIO DE 2016(*)

(...)

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa

(...)

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.220, DE 12 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 158371 (Val 06/2017) e lote 158365 (Val 09/2017) do medicamento AZITROPHAR, pó para solução oral, fabricado pela empresa Pharlab Indústria Farmacêutica S.A. (CNPJ 02.501.297/0001-02).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.198, DE 6 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto MÁSCARA CAPILAR ANTIFRIZZ FASE 2 FASHION LISS - FORTRIX, produzido pela empresa Timage Indústria Comércio de Cosméticos Ltda. - EPP, situada a Rua Julião de Souza Ribeiro, n.º 338, Ibitinga - SP (CNPJ: 58.558.511/ 0001- 03).

(...)

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 11 DE MAIO DE 2016

Homologa o resultado do processo de renovação de bolsas do Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas de que trata o item 8.1 do Edital de Convocação nº 31/SGTES-MS/SESu-MEC, de 24 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 498, DE 11 DE MAIO DE 2016

Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Adenocarcinoma de Próstata.

	<u>PORTARIA Nº 497, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Aprova as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero. <u>PORTARIA Nº 493, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Habilita o Hospital das Clínicas de Botucatu como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em Gestação de Alto Risco. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 394, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Defere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e dá outras providências.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 179, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Dá nova redação à Portaria nº 158, de 06 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>PORTARIA Nº 178, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre as condições para habilitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>PORTARIA Nº 172, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os fins que especifica. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 175, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Define a remuneração da Caixa Econômica Federal pelas atividades exercidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, nos termos do art. 2º, inciso II, e do art. 18 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e pelas atividades de gestão e administração dos recursos do FAR, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. <u>PORTARIA Nº 169, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Conceder novo prazo para a conclusão e entrega das unidades habitacionais contratadas por Instituições Financeiras (IF) e Agentes Financeiros (AF) habilitados nos processos de Oferta Pública de Recursos regulamentados pelas Portarias Conjunta SNH/STN n.º 472, de 18 de novembro de 2009 e Interministerial MCidades/MF/MP n.º 152, de 09 de abril de 2012, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Oferta Pública para municípios com população até 50.000 habitantes. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento

Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 10 DE MAIO DE 2016

Altera a redação da Instrução Normativa nº 33, de 17 de dezembro de 2014, que regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 9 DE MAIO DE 2016

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 21, de 14 de dezembro de 2015, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Associativo, e outras providências.

PORTARIA Nº 166, DE 9 DE MAIO DE 2016

Torna público o processo de seleção de propostas de municípios a serem contemplados com apoio técnico para fins de regularização fundiária de assentamentos urbanos, no âmbito do Programa Papel Passado.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 164, DE 6 DE MAIO DE 2016

Indica empreendimento para ser beneficiado pela Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013.

PORTARIA Nº 160, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dá nova redação à Portaria nº 363, de 11 de agosto de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.

PORTARIA Nº 163, DE 6 DE MAIO DE 2016

Institui o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) e aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

PORTARIA Nº 158, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH)

PORTARIA Nº 262, DE 11 DE MAIO DE 2016

Aprova o Regimento Interno Provisório do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR e as orientações gerais para a criação e funcionamento dos fóruns estaduais de gestores municipais.

PORTARIA Nº 180, DE 12 DE MAIO DE 2016

Dá nova redação à Portaria nº 173 de 10 de maio de 2016 do

	Ministério das Cidades, que divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS. <u>PORTARIA Nº 173, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, na forma que especifica, e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 161, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Divulga seleção complementar do valor de projetos apresentados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.
Ministério das Comunicações (MC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.115, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece diretrizes para a Agência Nacional de Telecomunicações relativas à comercialização de planos de banda larga fixa.
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 229, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º O resultado provisório de classificação das propostas analisadas no âmbito da Chamada Pública nº 02/2016, que contribuam para o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR: (...) SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS → Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre deliberações, fluxos de informações e notas públicas relativos à prevenção e ao combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 292, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Homologa o Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty e dá outras providências. SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) → Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) → Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) → Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>PROTOCOLO ADICIONAL N 2 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO POSTAL UNIVERSAL PARA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO ATRAVÉS DE REDES POSTAIS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E EM PAÍSES COM MENOR DESENVOLVIMENTO RELATIVO</u>

	(Doravante denominado "Protocolo Adicional Nº. 2") - Entre o Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado "Governo"); e a União Postal Universal (doravante denominada "UPU");
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 172, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, a anexa minuta de Portaria com o objetivo de estabelecer Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de Leilões de Energia Nova, de Fontes Alternativas e de Energia de Reserva, cujos documentos pertinentes podem ser obtidos na Internet, no sítio do Ministério de Minas e Energia - www.mme.gov.br. (...) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 716, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Agrupamento de áreas de concessão atendidas por concessionárias de distribuição de energia elétrica sujeitas a controle societário comum e tratamento tarifário da nova área de concessão. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 715, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Aprimora as condições gerais para a criação, organização e funcionamento dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, no âmbito das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 23, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços de referência do gás natural produzido no mês de abril de 2016, nos campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 22, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de abril de 2016, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica sujeita à autorização prévia da ANP a utilização de Combustíveis Experimentais em todo o território nacional. (...)

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 141, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º - Estabelecer situações excepcionais para o deferimento de inscrição de candidato a beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA - em razão da especificidade de suas condições ou da prestação de serviços de interesse comunitário, desde que compatível com a exploração da parcela. (...) CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF) <u>RESOLUÇÃO Nº 115, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Instituí o Fórum Interconselhos de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) <u>PORTARIA Nº 25, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de maio de 2016 a 09 de junho de 2016, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS <u>RESOLUÇÃO Nº 71, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Disciplina o cumprimento das obrigações relativas aos investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental, estabelecidas para as empresas que produzem bens de informática beneficiados no âmbito da Zona Franca de Manaus.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 42, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Portaria MDS nº 130, de 14 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição dos modelos de Tecnologias Sociais e respectivos valores de referência no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas. <u>PORTARIA Nº 23, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Tupã e Região, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 692, de 09/08/2012, que indeferiu o seu pedido de concessão de certificação como entidade beneficente de assistência social, por descumprimento ao disposto no art. 2º da Lei 8.742/93, no art. 2º do Decreto nº 2.536/98 e na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145/2004. (...)

	<u>PORTARIA Nº 22, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Prorrogar de ofício a vigência do Termo de Parceria nº 014/2014, publicado no D.O.U em 20 de janeiro de 2015, firmado pela UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, e a ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMIÁRIDO AP1MC, cujo final de vigência fica alterado de 11 de maio de 2016 para 16 de outubro de 2016, em decorrência do atraso na liberação de recursos. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF) <u>RESOLUÇÃO Nº 115, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Institui o Fórum Interconselhos de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 114, DE 26 DE ABRIL DE 2016</u> Incorpora territórios e municípios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 159, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Formaliza o Planejamento Estratégico e suas rotinas de revisão e acompanhamento no Ministério do Meio Ambiente. <u>PORTARIA Nº 143, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Apresenta o regimento interno da Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-CONAREDD+. <u>PORTARIA Nº 150, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dá outras providências RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Estabelecer procedimentos que visem a conversão de produto florestal processado em produto florestal bruto e a comutação de volume de produto florestal bruto em área para reparação de dano ambiental indireto constatado em autos de infração lavrados pelo Ibama. (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o Programa de Voluntariado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Processo nº 02070.001707/2016-19). <u>PORTARIA Nº 41, DE 9 DE MAIO DE 2016</u>

	Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Lorena no Estado de São Paulo (Processo nº 02070.000944/2009-25).
Ministério do Trabalho e Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre as regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. <u>PORTARIA Nº 599, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre Ações Articuladas entre as áreas da Saúde do Trabalhador do Instituto Nacional do Seguro Social, da Inspeção do Trabalho e das Políticas de Geração de Trabalho, Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Previdência Social. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Estratégia de Ação conjunta para a Participação do SUS na realização de perícias para concessão e manutenção do auxílio-doença aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 810, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 765, de 9 de dezembro de 2014, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS e modelo de apresentação de informações da carteira de créditos do FGTS. <u>RESOLUÇÃO Nº 809, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Aprova condições para renegociação de dívidas em operações de crédito do FGTS. <u>RESOLUÇÃO Nº 807, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 798, de 2016, com objetivo de incluir a aquisição de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), lastreadas em operações habitacionais. <u>RESOLUÇÃO Nº 806, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Aprova a Reformulação dos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2016, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2017/2019. <u>PORTARIA Nº 583, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, que aprova o Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, relativos ao Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã. CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 764, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2016 - PDE/2016, de que trata a Resolução nº 756, de 16 de dezembro de 2015.

	<u>RESOLUÇÃO Nº 763, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 345, de 10 de julho de 2003, que dispõe sobre o Programa de Fomento às Micro, Pequenas e Médias empresas - FAT - FOMENTAR. <u>RESOLUÇÃO Nº 762, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Institui Linha de Crédito denominada PROGER Urbano - Capital de Giro, no âmbito do PROGER Urbano. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CNES) <u>RECOMENDAÇÃO Nº 20, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Recomenda aos Governos Federal, Estaduais e Municipais a implementação de ações e iniciativas de fomento e fortalecimento da economia solidária para enfrentamento ao desemprego, em consonância com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária. <u>RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Recomenda à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária e da Economia Criativa (Fesec) medidas para dar celeridade à tramitação e aprovação do Projeto de Lei 4.685/2012 e apoio para o fortalecimento das políticas de economia solidária. <u>RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Recomenda a manutenção e fortalecimento da institucionalidade e da capacidade administrativa, orçamentária e financeira da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência Social para promoção efetiva das políticas públicas nacionais de economia solidária. <u>RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Recomenda a manutenção e fortalecimento da institucionalidade e da capacidade administrativa, orçamentária e financeira da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência Social para promoção efetiva das políticas públicas nacionais de economia solidária. <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Termo de Referência contendo o Marco Conceitual do Associativismo e Cooperativismo Social e as Referências para o Assessoramento Técnico. SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N 124, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Altera e revoga dispositivos da Instrução Normativa nº 91, de 05 de outubro de 2011, que dispõe sobre a fiscalização para a erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências
Ministério dos Transportes (MT)	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT) <u>RESOLUÇÃO Nº 26, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, objeto do processo nº. 50600.012271/2015-10 (...)

Poder Legislativo	CÂMARA DOS DEPUTADOS
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA) <u>RESOLUÇÃO N° 479, DE 9 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração dos bacharéis nos cursos em campos conexos à Administração. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>DECISÃO N° 137, DE 6 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais ao Orçamento para o exercício de 2016, no valor de R\$ 11.631.505,64
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/05/2016	<u>COMUNICADO</u> RELAÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ENCARREGATURA, COM A INDICAÇÃO DEVIDAMENTE APROVADA DE SEUS SUBSTITUTOS, ORGANIZADA DE ACORDO COM O ARTIGO 80 DO R.G.S. COMBINADO COM O ARTIGO 80 DA LEI COMPLEMENTAR 180/78, COM A INDICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA DE SEUS SUBSTITUTOS.
13/05/2016	<u>DECRETO N° 61.962, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 27 de maio de 2016 e dá providências correlatas
12/05/2016	<u>DECRETO N° 61.961, DE 11 DE MAIO DE 2016</u> Transfere os cargos e as funções-atividades que especifica e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 77, DE 10-5-2016</u> Dispõe sobre a aplicação de multas previstas na Lei 10.520/02, no

	âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico, com cobertura de todo o território do Estado de São Paulo, de indivíduos sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto nas situações de trabalho externo e de saídas temporárias, compreendendo a disponibilização de toda a infraestrutura tecnológica, física, de hardware, de software, de telecomunicação e de serviços exigida para a efetiva prestação dos serviços, incluindo o fornecimento, manutenção e reposição de dispositivos eletrônicos de monitoramento (tornozeleiras) e seus acessórios
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC - 45, DE 9-5-2016</u> Dispõe sobre alteração da Resolução SC 29, de 11-01-2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 23-01-2002, de tombamento do conjunto de edifícios da Pontifícia Universidade Católica, Bairro de Perdizes, São Paulo
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 31, DE 13-5-2016</u> Dispõe sobre criação de Grupo de Trabalho para planejar e executar ações atinentes ao Projeto de Gestão Democrática da Educação, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 30, DE 9-5-2016</u> Cria a Frente de Instituições Públicas pela Educação do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>PORTARIA CO Nº 3, DE 11-5-2016</u> Altera a Portaria CO 2, de 05 de fevereiro de 2016 que consolida a classificação da despesa orçamentária por natureza. (*) <i>Consolida a Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza</i>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 20, DE 12-5-2016</u> Autoriza a celebração de acordo nas hipóteses que especifica (...) Artigo 1º - Ficam os Procuradores do Estado responsáveis pelo acompanhamento de ações judiciais em que servidores ativos, militares, inativos, seus pensionistas, dependentes ou agregados pleiteiam a cessação dos descontos para contribuição médico-hospitalar e odontológica ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) e à Caixa Beneficente da Polícia Militar (CBPM) e/ou a condenação das autarquias à devolução das contribuições retidas antes do ajuizamento das demandas, autorizados a propor e celebrar acordo, observadas as seguintes condições: (...) <u>RESOLUÇÃO PGE - 19, DE 12-5-2016</u>

	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar rotina que permita operacionalizar a incidência de contribuição previdenciária sobre o pagamento de precatórios do Estado e de suas autarquias, após o advento da Emenda Constitucional 62/2009
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 43, DE 9-5-2016</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes à Portaria Interministerial 405, de 15-03-2016 e dá outras providencias. <u>RESOLUÇÃO SS - 42, DE 9-5-2016</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar - 846, de 04.06.1998 e dá providencias correlatas. COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) <u>PORTARIA CCD - 18, DE 9-5-2016</u> Estabelece o certificado de qualidade do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos e do Sistema de Informação sobre Mortalidade, denominado "Premiação Estadual SIM e SINASC".
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-05, DE 03-05-2016</u> Alteração do Calendário Escolar dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp para o ano letivo de 2016
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP-179, DE 12-5-2016</u> Exclui e altera dispositivos da Portaria Unesp 06/2000 que "Regulamenta a Resolução Unesp 85/99, que dispõe sobre os regimes de trabalho de docentes da Unesp" <u>RESOLUÇÃO UNESP-37, DE 4-5-2016</u> Altera o Parágrafo único do artigo 29 da Resolução Unesp 30/2010, que dispõe sobre o Regimento Geral de Pós-Graduação da Unesp
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
14/05/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 407, DE 2016</u> Classifica o Município de Apiaí em Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 406, DE 2016</u> Proíbe o uso e a comercialização de defensivos agrícolas que contenham Clotianidina, Tiametoxam e Imidaclopride em sua composição e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 10

	<u>PROJETO DE LEI Nº 404, DE 2016</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação contra a gripe dos professores e funcionários da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 400, DE 2016</u> Classifica Agudos como município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2016</u> Cria a política de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto nas redes públicas de saúde e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2016</u> Proíbe o uso de gases inflamáveis para preenchimento de balões destinados ao uso recreativo ou decorativo no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2016</u> Institui a obrigatoriedade da emissão de atestados médicos digitais. DOE, Legislativo, 14/05/2016, p. 9
13/05/2016	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2016</u> MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (...) Modifica o § 2º do artigo 38 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 – Lei Orgânica Estadual do Ministério Público. (...) PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 395, DE 2016</u> Cria o Programa Estadual de Preservação Ambiental da Zona Portuária do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 13/05/2016, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 391, DE 2016</u> Cria, no âmbito do estado de São Paulo, o Banco de Talentos da Terceira Idade e fixa outras providências DOE, Legislativo, 13/05/2016, p. 7
12/05/2016	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 2016</u> Acrescenta inciso XVII ao artigo 78 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado) (...) Artigo 1º - Fica acrescido o inciso XVII ao artigo 78 da Lei nº 10.261/68: "Art. 78 - (...) XVII – licença para tratamento de saúde" (NR) PROJETOS DE LEI

	<u>PROJETO DE LEI Nº 390, DE 2016</u> Classifica Guarulhos como município de interesse turístico DOE, Legislativo, 12/05/2016, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 387, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao <i>Bullying</i> com a Participação Comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 12/05/2016, p. 11 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2016</u> Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais nos contratos firmados por Cooperativas de Agricultura Familiar com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos, para esclarecer se houve ou não prejuízos ao erário
11/05/2016	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2016</u> Isenta do pagamento de qualquer tipo de taxa os idosos maiores de 60 anos na participação de eventos esportivos. DOE, Legislativo, 11/05/2016, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 383, DE 2016</u> Dispõe sobre a execução de serviços e obras públicas. DOE, Legislativo, 11/05/2016, p. 11
10/05/2016	PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2016</u> Altera parcialmente a Resolução nº. 897/2014, a qual dispõe sobre a concessão do Auxílio Pré-escolar no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) <u>COMUNICADO GP Nº 10/2016</u> O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, torna público levantamento efetuado em relação à tramitação de processos versando sobre Exames Prévios de Edital, contemplando: 1. REGRAS EDITALÍCIAS REITERADAMENTE IMPUGNADAS COM JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA E DETERMINAÇÃO DE CORREÇÕES 2. RESUMOS DAS DECISÕES PROFERIDAS A RESPEITO DAS MATÉRIAS QUE MAIS SE REPETIRAM DENTRE AS ACIMA ELENCADAS 3. EDITAIS DE LICITAÇÃO FREQUENTEMENTE QUESTIONADOS, ELENCADOS POR OBJETO. Aludido repertório abrange as previsões editalícias mais comumente criticadas, as decisões proferidas e transitadas em julgado, com determinação de correções, e os números dos correspondentes processos. Foram também relacionados os objetos licitatórios mais impugnados, acompanhados dos números dos respectivos processos, da relatoria

	e das datas de julgamento, possibilitando que se identifiquem nesses certames as questões mais relevantes. As informações se referem ao período de julho a dezembro de 2015 e servirão de fonte de orientação aos jurisdicionados, como também aos Órgãos Técnicos da Casa, com o objetivo de aperfeiçoar o tratamento de tão importante assunto. Ademais, estarão disponíveis para consulta na Intranet e Internet (www.tce.sp.gov.br). Publique-se. São Paulo, 03 de maio de 2016.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
14/05/2016	<u>DECRETO Nº 56.986, DE 13 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza, na condição de experiência-piloto, a utilização, pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, de serviços de táxi como alternativa à locação de veículos de frota e veículos de representação.
13/05/2016	<u>LEI Nº 16.439, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 453/15, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local. <u>DECRETO Nº 56.985, DE 12 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 16.439, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a restrição à circulação em vilas, ruas sem saída e ruas sem impacto no trânsito local
11/05/2016	<u>DECRETO Nº 56.981, DE 10 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o uso intensivo do viário urbano municipal para exploração de atividade econômica privada de transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, o serviço de carona solidária e o compartilhamento de veículos sem condutor.
10/05/2016	SUPLEMENTO DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD <u>EDITAL 010/16 - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO</u>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107